

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DOS BANCOS DIGITAIS**BANKING CONCENTRATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF DIGITAL BANKS****CONCENTRACIÓN BANCARIA EN BRASIL: UN ANÁLISIS DEL IMPACTO DE LOS BANCOS DIGITALES**

10.56238/revgeov17n2-082

Vinicius Henrique Venturini

Bacharel em Economia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

E-mail: vinicius.venturini@unesp.br**Luana da Silva Ribeiro**

Doutora em Economia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

E-mail: luanasribeiro78@gmail.com**Julio Cesar Nascimento**

Doutor em Desenvolvimento Econômico

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: eco.jcn@gmail.com**Ariela Diniz Cordeiro Leske**

Doutora em Economia

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: arielaleske@gmail.com

RESUMO

Historicamente, o setor bancário brasileiro adquiriu uma configuração concentrada, tipicamente oligopolizada. As medidas de liberalização e modernização do setor promovidas pelo Estado atuaram no sentido de consolidar essa concentração, ampliando o poder de mercado dos bancos para oferecer produtos e serviços melhores, bem como resistir às variações de taxa de juros. Na contemporaneidade, a entrada dos bancos digitais, isto é, fintechs, desafia as instituições tradicionais utilizando a tecnologia para facilitar as transações financeiras, tendo como impactos imediatos e futuros a ampliação da competitividade no setor e a consequente redução do grau de concentração e poder de mercado dos bancos tradicionais. Assim, o presente trabalho objetiva apresentar o desenvolvimento do setor bancário no Brasil em perspectiva histórica, realçando a concentração bancária norteadora do processo de criação, desenvolvimento e modernização do segmento.

Palavras-chave: Bancos Digitais. Concentração Bancária. Sistema Financeiro Nacional.



ABSTRACT

Historically, the Brazilian banking sector has acquired a concentrated, typically oligopolistic configuration. Liberalization and modernization measures promoted by the State have served to consolidate this concentration, expanding the market power of banks to offer better products and services, as well as to resist interest rate fluctuations. In contemporary times, the entry of digital banks, i.e., fintechs, challenges traditional institutions by using technology to facilitate financial transactions, with immediate and future impacts including increased competitiveness in the sector and a consequent reduction in the degree of concentration and market power of traditional banks. Thus, this work aims to present the development of the banking sector in Brazil from a historical perspective, highlighting the banking concentration that guided the process of creation, development, and modernization of the segment.

Keywords: Digital Banks. Banking Concentration. National Financial System.

RESUMEN

Históricamente, el sector bancario brasileño ha adquirido una configuración concentrada, típicamente oligopólica. Las medidas de liberalización y modernización impulsadas por el Estado han servido para consolidar esta concentración, ampliando el poder de mercado de los bancos para ofrecer mejores productos y servicios, así como para resistir las fluctuaciones de las tasas de interés. En la actualidad, la entrada de la banca digital, es decir, las fintech, desafía a las instituciones tradicionales al utilizar la tecnología para facilitar las transacciones financieras, con impactos inmediatos y futuros que incluyen una mayor competitividad en el sector y la consiguiente reducción del grado de concentración y el poder de mercado de la banca tradicional. Por lo tanto, este trabajo busca presentar el desarrollo del sector bancario en Brasil desde una perspectiva histórica, destacando la concentración bancaria que guió el proceso de creación, desarrollo y modernización del segmento.

Palabras clave: Banca Digital. Concentración Bancaria. Sistema Financiero Nacional.



1 INTRODUÇÃO

Desde sua origem, os bancos desempenham papel fundamental na economia, provendo liquidez na forma de crédito e criando moeda escritural, por meio do mecanismo do multiplicador monetário.

O provisionamento do crédito, historicamente, esteve sob responsabilidade de diversos atores, desde o usuário da Idade Média até as instituições financeiras da contemporaneidade. Dada sua importância para a manutenção do sistema econômico, a compreensão das estruturas e institucionalidades do setor bancário são essenciais para discussões econômicas que englobam desde a micro até a macroeconomia.

O presente trabalho objetiva apresentar o desenvolvimento do setor bancário no Brasil em perspectiva histórica, realçando a concentração bancária norteadora do processo de criação, desenvolvimento e modernização deste setor.

A partir dessa discussão, a ser realizada no primeiro capítulo, o fenômeno contemporâneo dos bancos digitais é analisado no capítulo 2. Será possível perceber como a introdução de novos players no mercado tem desafiado os grandes bancos consolidados, promovendo novas vantagens aos consumidores e maior competitividade ao mercado.

Em consonância com a metodologia adotada pelo Banco Central, no capítulo 3 a concentração bancária e os impactos dos bancos digitais são abordados a partir dos indicadores de concentração bancária do BACEN. Por meio desta análise, será possível depreender o crescimento das fintechs, diminuindo paulatinamente o grau de concentração bancária. Neste trabalho, o termo Fintech é utilizado como sinônimo de instituição financeira digital neste trabalho.

A discussão apresentada sinaliza para os efeitos positivos que os avanços tecnológicos, atrelados à intensificação do processo de digitalização da economia, têm tido sobre o setor bancário no Brasil no período recente. Pela oferta de novos produtos e serviços, os bancos digitais ampliaram e continuarão ampliando sua base de clientes nos próximos anos. Assim, avaliar o setor bancário no século XXI requer, inexoravelmente, considerar os bancos digitais como players relevantes.

2 CAPÍTULO 1: A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE MERCADO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN)

Historicamente, os bancos desempenham um papel fundamental na economia, tendo sua importância dispersa em várias áreas. Em termos econômicos, os bancos são importantes porque facilitam o comércio, os investimentos, o consumo e o crédito. Eles oferecem uma variedade de serviços financeiros, como contas correntes, cartões de crédito, empréstimos, hipotecas e investimentos. Os bancos também ajudam a canalizar a poupança das pessoas para investimentos produtivos, ajudando a financiar empresas e projetos. Em resumo, os bancos atuam como intermediários financeiros, conectando aqueles que têm dinheiro com aqueles que precisam dele.



Eles podem também “criar dinheiro” através da concessão de empréstimos, criando moeda escritural por meio do “multiplicador monetário”. Dessa forma, ao lado do Banco Central, são agentes protagonistas do processo de criação de liquidez e controle da oferta monetária de um país.

Durante a Revolução Industrial, os bancos ajudaram a financiar a construção de fábricas e outras infraestruturas que foram cruciais para o desenvolvimento econômico. Ainda no final do século XIX e início do século XX, muitos países criaram bancos centrais para gerenciar a política monetária e garantir a estabilidade financeira (BORGES, 2010).

A trajetória bancária no Brasil teve início no começo do século XIX, com a criação dos primeiros bancos comerciais. Em 1808, com a abertura dos portos brasileiros para o comércio internacional, houve um aumento significativo no volume de negócios e transações financeiras no país. A partir de então, começaram a surgir os primeiros bancos comerciais, como o Banco do Brasil, fundado em 1808 por Dom João VI, e o Banco da Bahia, fundado em 1811 (RAMOS, 2016).

Durante o século XX, a trajetória bancária no Brasil foi marcada por várias transformações e eventos importantes. Em 1964, foi criado o Banco Central do Brasil, responsável por regulamentar o sistema financeiro e controlar a política monetária. A partir de então, sucederam-se alguns marcos que possibilitam entender as causas que conduziram ao atual cenário.

2.1 A REFORMA BANCÁRIA DE 1964

É de fato relevante entender o que foi a Reforma Bancária de 1964 (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964), pois se trata de um marco na história bancária brasileira. Esta Reforma inicia um forte processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, a qual se sucedeu pela Lei do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965), a qual teve o objetivo de regular o mercado de valores mobiliários e as atividades relacionadas a ele.

A Reforma Bancária de 1964 foi uma iniciativa do governo militar no Brasil, que assumiu o poder em abril daquele ano, por meio de um golpe de Estado. Essa reforma teve como objetivo modernizar e reestruturar o sistema financeiro brasileiro, à época bastante fragmentado e pouco regulamentado. A implementação da Reforma resultou em um aumento no número de bancos disponíveis, não se limitando apenas aos públicos, mas também aos privados, incluindo possíveis bancos estrangeiros. Naquele período histórico, não apenas o Brasil, mas toda a América Latina enfrentava uma desaceleração do crescimento econômico, levando o governo a propor uma reforma geral do sistema financeiro e monetário-creditício, com o objetivo de criar instituições especializadas em crédito. (KRETZER, 1996)

A Reforma Bancária promulgou a lei que estabeleceu a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), com o propósito de regulamentar a moeda e o crédito. Além disso, ela instituiu o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Reforma também



desempenhou um papel crucial na definição do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento como o principal responsável pelas políticas de investimento do governo federal. (FORTUNA, 2014).

Além disso, houve a limitação do número de bancos existentes no país: a Reforma determinou que os bancos comerciais deveriam ter um capital mínimo de 10 milhões de cruzeiros (moeda corrente da época), o que levou ao fechamento de muitas pequenas instituições financeiras.

Em suma, A Reforma Bancária de 1964 foi um marco importante na história do sistema financeiro brasileiro, pois contribuiu para a modernização e aperfeiçoamento das instituições financeiras do país, além de ter estabelecido um arcabouço regulatório mais robusto e transparente para o setor.

2.2 A COMISSÃO DE INCORPORAÇÕES E FUSÕES DE 1971

Pode se dizer que o processo de concentração bancária propriamente dito se iniciou em 1971, quando o então ministro da fazenda Delfim Neto propôs a criação da Comissão de Fusões e Incorporações (COFIE), no intuito de analisar o interesse nacional nos processos de reavaliações, fusões e incorporações. A visão de Delfim era que a concentração bancária resultaria em um fortalecimento do capital bancário, que por sua vez serviria como base para a integração entre bancos, indústria e comércio, culminando no surgimento das grandes empresas privadas brasileiras.(KRETZER, 1996).

A Comissão de Fusões e Incorporações tinha o papel de examinar os processos de fusões e aquisições de instituições financeiras, a fim de garantir que essas operações fossem realizadas de forma adequada e sem prejudicar a concorrência no setor. Além disso, a Comissão também tinha como objetivo monitorar o sistema financeiro e identificar eventuais problemas de liquidez ou solvência das instituições financeiras.

Em outras palavras, ela foi criada com o objetivo de incentivar a consolidação do setor bancário brasileiro. A ideia era criar grandes conglomerados financeiros capazes de competir com as grandes instituições internacionais. Durante o governo militar, em um período de forte crescimento econômico no Brasil, a COFIE tinha o objetivo também de modernizar e fortalecer a economia nacional. Delfim Netto, defendia que a consolidação do setor bancário seria crucial para garantir a estabilidade financeira do país e evitar a proliferação de instituições pequenas e pouco solventes.

Nesse contexto de rápido crescimento sob o governo militar, a estratégia da COFIE visava fortalecer a economia nacional e torná-la competitiva no cenário internacional, contribuindo para a criação de grandes conglomerados financeiros no país.

No entanto, o resultado também pode ser analisado baseando-se na redução do número de instituições bancárias, concentradas em um pequeno conjunto de bancos comerciais, quando o principal objetivo do COFIE era reduzir os custos operacionais por meio de economias de escala e



com isso, teoricamente, reduzindo também as taxas de juros para os tomadores de recurso. Em suma, grandes conglomerados financeiros foram formados, ganhando destaque tanto no mercado interno quanto, posteriormente, no internacional. Contudo, ao longo dos anos, outras mudanças regulatórias e transformações econômicas trouxeram novos desafios e dinâmicas para o setor bancário brasileiro.

A Comissão, contudo, foi muito criticada por alguns setores da sociedade civil, que argumentavam que a consolidação do setor bancário poderia prejudicar a competição e aumentar o poder de mercado das grandes instituições financeiras. De acordo com Boyd et al. (2009), a concentração do mercado bancário está relacionada a um aumento no risco assumido pelos bancos, ou seja, quanto mais concentrado for o mercado bancário, maior será o risco que os bancos estarão dispostos a assumir em suas operações.

Isso ocorre porque, em um mercado altamente concentrado, os bancos têm mais poder de mercado e podem se dar ao luxo de cobrar taxas de juros mais altas. Com isso, eles conseguem compensar os riscos que estão assumindo em suas operações. Além disso, os bancos podem estar mais dispostos a assumir riscos maiores, uma vez que têm uma posição mais dominante no mercado e, conseqüentemente, uma base de clientes mais fiéis.

Todavia, essa associação entre concentração de mercado bancário e aumento de risco não necessariamente significa que os bancos não reduzirão suas taxas de juros. Na verdade, a redução de taxas de juros pode ser uma estratégia competitiva importante em um mercado altamente concentrado, já que pode atrair mais clientes e, portanto, aumentar a base do banco. Ressalta-se, portanto, que essa redução de taxas pode não ser tão acentuada quanto seria em um mercado mais competitivo.

2.3 AS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Na década de 1980, o país se encontrava sob forte crise econômica e social, necessitando de um novo debate quanto à reforma financeira. Diante das crises da dívida externa e inflacionária, tornou-se imperativo modernizar novamente a economia, para estabelecer condições que favorecessem o crescimento econômico em um ambiente de estabilidade de preços. Nesse sentido, a proposta consistia em criar um sistema de bancos múltiplos que reuniria empresas de um conglomerado financeiro em uma única instituição bancária (KRETZER, 1996).

Os Bancos Múltiplos são instituições financeiras, públicas ou privadas, que realizam diversas operações ativas, passivas e acessórias de outras instituições financeiras por meio de uma carteira diversificada. Entre as carteiras que podem ser oferecidas por esses bancos, destacam-se: comercial, de investimento ou desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento (LIMA et al., 2018).

Havia uma recomendação por parte do Banco Mundial para que fossem estruturados bancos múltiplos para operar ajustes nas estruturas de custos, uma vez que este tem como princípio reduzir



custos por meio de uma racionalização do trabalho e da integração de diversos departamentos, assim como redução do número de agências, reduzindo encargos com locais e empregados.

Com a constituição de 1988, houve um crescimento em ritmo acelerado do sistema bancário, através do cancelamento das Cartas-Patente, documento que autorizava o funcionamento de instituições financeiras e que, portanto, servia de valor para transações no mercado financeiro, aliado a diversos ajustes, pressionados por banqueiros, nas políticas adotadas pelo Estado no SFN. A criação dos bancos múltiplos propiciou um cenário de aumento expressivo de bancos no Brasil, uma vez que os números do setor quase dobraram, tornando-se uma área muito atrativa para novos empreendimentos. Afinal, aquele era o cenário perfeito para os banqueiros, devido à alta inflação do período, os bancos se beneficiaram com as altas taxas de juros nos créditos (DE PAULA ET AL, 2013)

Ao chegar da década de 90, com a implementação do Plano Real e do Acordo de Basileia, o setor bancário entra em crise. É um fato relevante na história do setor bancário brasileiro a adesão do Brasil, em 1994, às normas do Acordo de Basileia que visava, através da adoção de padrões internacionais de capitalização para as instituições bancárias, propiciar a solvência das instituições, redução do risco sistêmico e de falência dos bancos.

Assim, o governo federal passou a exigir que os bancos mantivessem um capital mínimo proporcional ao risco de suas operações ativas. Isso tornou mais difícil para algumas instituições de pequeno e médio porte sobreviverem, pois elas costumavam operar com alavancagem mais alta do que outras instituições, sem enfrentar impedimentos (ROCHA, 2001).

Ademais, o Estado notava cada vez mais um risco sistêmico dentro do SFN, o que fez com que em 1995, BACEN e FEBRABAN propusessem um sistema de seguro, conhecido como seguro de depósitos, que tinha como objetivo reduzir os riscos de o sistema bancário brasileiro através de uma quantia mínima exigida pelos órgãos fiscalizadores para um banco operar com menor risco de quebra.

Ainda em 1995, com o objetivo de solucionar a crise de insolvência e reestruturar o sistema bancário, o governo incentivou a realização de fusões e incorporações, criando linhas de financiamento para cobrir as despesas relacionadas a reorganizações administrativas, operacionais e societárias, decorrentes desses processos. Essas medidas foram implementadas por meio do Programa de Estímulo e Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) (ESPERANÇA, 2017).

Este programa se fundamentou na hipótese da incapacidade de as instituições financeiras proporcionarem por si só os ajustes para sua sobrevivência em um cenário econômico que excluía os ganhos que antes obtinham com a inflação (BACEN, 2015). Após a implementação do PROER, o resultado foi uma redução significativa no número de instituições financeiras, alcançada por meio de processos de transferência de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações. É importante ressaltar que o PROER era destinado somente aos bancos privados. Para solucionar os problemas dos



bancos públicos, foi instituído o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), que tinha como objetivo sanear o sistema financeiro público (SALVIANO JR, 2004).

Segundo Arienti (2007), para ter acesso aos recursos provenientes do PROES, os bancos estatais deveriam se comprometer a serem privatizados ou liquidados, transferindo seu controle para o governo federal ou se transformando em agências de fomento. O objetivo desse programa foi reduzir o déficit público e diminuir a participação do Estado na economia.

Assim, com a implementação do PROER e do PROES, o setor bancário brasileiro passou por um processo de consolidação e concentração, com maior entrada de capital estrangeiro. O incentivo às fusões e aquisições tornou-se uma estratégia importante à concorrência entre as instituições financeiras.

Outro fenômeno que pode se observar nesta época, como mencionado, foi um aumento na participação do capital internacional no mercado bancário nacional, fazendo com que bancos estrangeiros passassem a atuar diretamente nesse mercado. Houve, também, uma enorme entrada de novos bancos estrangeiros no país, por conta de uma série de programas de incentivo do governo à época, que estimularam a redução da participação do setor público neste mercado. Além disso, iniciou-se uma série de fusões e aquisições entre instituições nacionais e estrangeiras, levando novamente a um decaimento no número de instituições bancárias no país.

2.4 A CONSOLIDAÇÃO EM CINCO GRANDES

A consolidação dos cinco grandes bancos no Brasil ocorreu entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, em processos de fusões e aquisições que alteraram significativamente o cenário bancário nacional. Assim, hodiernamente, pode-se afirmar que existem apenas cinco grandes bancos no Brasil, em termos de ativos, operações e abrangência nacional.

Porém, existem muitas outras instituições financeiras no Brasil, incluindo bancos médios e pequenos, cooperativas de crédito, fintechs e outras empresas do setor financeiro. Além disso, a posição dos bancos no ranking dos maiores pode variar de acordo com os critérios adotados para avaliação, como o tamanho dos ativos, o número de clientes, o volume de operações, entre outros.

Ao tomar como base a existência dos cinco principais bancos atuando no Brasil, vale entender como estes chegaram a este patamar. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander representaram em 2021 o equivalente a 81,4% do mercado de crédito do país e 77,4% dos depósitos totais, segundo o Relatório de Estabilidade Financeira de 2021, do Banco Central do Brasil.



2.4.1 Banco do Brasil¹

Adentrando brevemente na história de cada banco atuando no Brasil, para entender como chegaram ao patamar atual, o Banco do Brasil (BB) é a instituição financeira mais antiga em operação no país, tendo sido fundado, em 1808, pelo príncipe regente Dom João VI.

O objetivo inicial do banco era financiar a produção açucareira e o comércio, além de emitir moeda e administrar as contas do governo. Ao longo de sua história, o BB passou por diversas transformações e se consolidou como um dos principais bancos do país. Em 1964, com a criação do Banco Central do Brasil, o BB passou a ter um papel importante na implementação das políticas econômicas do governo.

Nos anos 90, o Banco iniciou um processo de modernização e diversificação de suas atividades, expandindo suas operações para outros países, e ampliando sua oferta de produtos e serviços. Em 2000, o BB se tornou uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores.

O Banco do Brasil já passou por alguns processos de fusão e aquisição ao longo de sua história. Um dos mais significativos foi a fusão com o Banco Nossa Caixa, em 2008, que permitiu a ampliação da atuação do BB em São Paulo e em outros estados do país. Além disso, em 2013, o Banco do Brasil adquiriu o controle da instituição financeira Votorantim, expandindo sua atuação em áreas como gestão de recursos e financiamento ao setor privado.

2.4.2 Itaú Unibanco²

Atualmente o maior banco privado do Brasil, o Itaú Unibanco é um grande exemplo de como o processo de fusões e aquisições propiciou a formação de um dos bancos mais rentáveis do mundo. O Banco Itaú foi fundado em 1945 por Alfredo Egydio de Souza Aranha e um grupo de investidores brasileiros, e cresceu através de diversas aquisições e fusões, entre as principais se deram as aquisições do Banco Bamerindus, em 1998, do banco Fiat, em 2000, e do Banestado, em 2001, estas três totalizando um montante próximo a R\$ 5,5 bilhões.

Sua contraparte, o Unibanco, foi fundado, em 1924, por um grupo de empresários paulistas como Banco União de São Paulo S.A. Seu objetivo inicial era oferecer crédito aos produtores rurais da região de Ribeirão Preto. Com o tempo, o banco expandiu sua atuação e passou a atuar em todo o país, tornando-se uma das principais instituições financeiras do Brasil. Ao longo de sua história, o Unibanco passou por diversas transformações, incluindo aquisições de outras instituições financeiras e fusões com outros bancos.

¹ FONTES: BANCO DO BRASIL. Relatório Anual de 2010, 2010. Disponível em: <<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#:~:text=Fundado%20em%2012%20de%20outubro,hist%C3%B3ria%20e%20da%20cultura%20nacionais.>>. Acesso em 19/03/2023.

² FONTES: ITAU UNIBANCO. Nossa história – Itaú Unibanco, 2023. Disponível em: <<https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores/itaú-unibanco/nossa-historia/>>. Acesso em 19/03/2023.



O processo de fusão entre Itaú e Unibanco ocorreu em 2008, com o objetivo de criar o maior banco privado da América Latina, com ativos que somavam mais de R\$ 600 bilhões, na época. A fusão foi realizada por meio da criação de uma nova empresa, denominada Itaú Unibanco Holding S.A., que passou a controlar ambas as instituições financeiras. A integração das operações durou alguns anos e envolveu a unificação de produtos, sistemas e estruturas organizacionais, resultando em um banco mais forte e competitivo.

2.4.3 Banco Bradesco³

O Bradesco foi fundado em 1943, na cidade de Marília, interior de São Paulo, por Amador Aguiar. Inicialmente, era um pequeno banco regional, mas ao longo dos anos expandiu suas operações e se tornou um dos maiores bancos privados do país.

Nos anos 1960, o Bradesco começou a investir em tecnologia e se tornou um dos primeiros bancos brasileiros a adotar sistemas informatizados. Na década seguinte, iniciou um processo de aquisições e incorporações de outros bancos e instituições financeiras, o que contribuiu para o seu rápido crescimento.

Em 1997, o Bradesco adquiriu o Banco BCN, o que o tornou o terceiro maior banco do país. Em 2000 e 2002, o banco ainda adquiriu o Banco Boavista e o Banco Mercantil de São Paulo, respectivamente, e anos depois, em 2016, adquiriu o HSBC, no Brasil, incorporando as operações, agências, carteira de crédito e demais negócios, consolidando-se como o segundo maior banco privado do país.

2.4.4 Caixa Econômica Federal⁴

A história da Caixa Econômica Federal (CEF) remonta ao século XIX, mais precisamente a 12 de janeiro de 1861, quando foi criada a Caixa Econômica da Corte, pelo Imperador Dom Pedro II. A instituição tinha como objetivo incentivar a poupança e oferecer crédito para habitação, obras públicas e outros projetos de interesse público.

Com a Proclamação da República, em 1889, a instituição passou a se chamar Caixa Econômica Federal e se expandiu por todo o país. Durante o século XX, a Caixa desempenhou um papel importante no desenvolvimento econômico e social do país, financiando projetos habitacionais, de infraestrutura, de agricultura e de programas sociais.

Ao longo dos anos, a Caixa transformou-se em um dos principais bancos do país e, hoje, é responsável por operar diversos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família e o Fundo

³ FONTES: BANCO BRADESCO. Bradesco.ri, 2023. Disponível em: <<https://www.bradesco.ri.com.br/o-bradesco/historia/nossa-historia/>>. Acesso em 19/03/2023.

⁴ FONTES: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Relação com Investidores, 2023. Disponível em: <<https://ri.caixa.gov.br/a-companhia/historia/>>. Acesso em 19/03/2023.



de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Caixa também oferece serviços bancários para pessoas físicas e jurídicas, incluindo crédito imobiliário, consórcios, investimentos, entre outros. É o banco com maior número de clientes do Brasil, cerca de 148,3 milhões, segundo levantamento do banco suíço UBS com dados do BACEN de 2022.

Assim como os bancos já mencionados anteriormente, a Caixa Econômica Federal já participou de alguns processos de fusão e aquisição ao longo de sua história. Em 2009, a Caixa adquiriu ações do Banco Panamericano, que na época passava por dificuldades financeiras. Já em 2011, a Caixa comprou o controle acionário do Banco do Estado do Maranhão (BEM). Além disso, a Caixa também participou de processos de fusão de outras instituições financeiras, como a fusão com o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, e a incorporação do Banco do Estado de Mato Grosso (BEMAT), em 1994.

2.4.5 Banco Santander⁵

O Banco Santander se trata de uma instituição financeira multinacional de origem espanhola. Com sede em Madrid, o Santander é o maior banco da zona do euro, em valor de mercado, e um dos maiores do mundo. Tido hoje como um dos cinco grandes bancos no Brasil, o banco Santander iniciou suas atividades no país, em 1982, quando adquiriu o Banco Intercontinental do Brasil, que era uma instituição financeira de pequeno porte. Posteriormente, em 1997, o Santander adquiriu o Banco Noroeste e Banco Geral do Comércio, que possuíam redes de agências significativas, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 2000, o Santander adquiriu o Banco Banespa, que era um dos maiores bancos estatais do Brasil. Na época, em um processo de privatização, a compra do Banespa pelo Santander foi um dos maiores negócios da história bancária do Brasil, ocorrido em novembro daquele ano, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, o Banco Santander, que já possuía uma presença significativa no Brasil, após a aquisição de outros bancos de menor porte, viu a oportunidade de expandir ainda mais sua operação no país, ao participar do processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

O processo de privatização foi bastante conturbado e durou vários anos, envolvendo uma série de disputas judiciais e políticas. O leilão de venda do banco foi realizado em novembro de 1998, mas foi suspenso após o Banco Central considerar que as propostas apresentadas pelos compradores não eram suficientes. Um novo leilão foi marcado para agosto de 2000, e o Santander apresentou a melhor proposta, com um valor de R\$ 7,05 bilhões.

⁵ FONTES: BANCO SANTANDER BRASIL. Institucional Santander, 2023. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander/santander-no-brasil>>. Acesso em 19/03/2023.



Vale ressaltar ainda que o banco espanhol participou de outro grande negócio na história do setor bancário no Brasil. Em 2007, o Santander anunciou a aquisição dos ativos do Banco ABN Amro, no país – os quais incluíam o antigo Banco Real - por R\$ 36,1 bilhões. O Banco ABN Amro/Real era uma instituição financeira sólida e reconhecida no mercado brasileiro, com uma forte presença em empréstimos corporativos, crédito imobiliário e empréstimos pessoais. A compra do banco permitiu ao Santander consolidar ainda mais sua posição no mercado brasileiro, expandindo sua rede de agências e ampliando sua base de clientes. Após a aquisição, o Santander iniciou um processo de integração das operações do Banco ABN Amro/Real ao seu modelo de negócios, incluindo a incorporação de suas tecnologias e sistemas. A transição foi concluída em 2010, quando o Banco ABN Amro deixou de existir como uma instituição financeira independente e se tornou parte integral do Banco Santander.

Com a aquisição, o Santander tornou-se o terceiro maior banco privado do Brasil, em ativos, com uma participação de mercado significativa no estado de São Paulo. Desde então, o banco tem expandido suas operações no Brasil, através de aquisições e investimentos em tecnologia e infraestrutura, tendo se consolidado como o quinto maior banco do país em ativos totais.

2.5 A CONJUNTURA ATUAL DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

O setor bancário brasileiro conta, segundo o relatório mais recente do Banco Central, com 161 bancos comerciais, múltiplos ou caixas econômicas, além de 823 cooperativas de crédito e mais 542 instituições financeiras, entre Bancos de Investimento; Bancos de Desenvolvimento; Sociedades Corretoras de TVM e Câmbio; Sociedades Distribuidoras de TVM; Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; Sociedades de Crédito Imobiliário e APE; Sociedades de Arrendamento Mercantil; Sociedades de Investimento; Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; Agências de Fomento; Companhias Hipotecárias e Instituições de Pagamento (BACEN, 2023).

O setor bancário brasileiro enfrenta desafios significativos e passa por um período de transformação pós-pandemia de COVID-19 com mudanças tecnológicas que estão afetando a maneira como as pessoas gerenciam seu dinheiro. Além disso, o setor enfrenta um aumento na competição, com o surgimento de novos bancos digitais e fintechs, que oferecem serviços financeiros mais acessíveis e convenientes para os consumidores. Essas empresas estão aproveitando as oportunidades oferecidas pela tecnologia, para desafiar os bancos tradicionais e conquistar uma fatia do mercado.

Soma-se a isso, o ambiente econômico desafiador de 2022, com taxas de juros altas e um aumento nos níveis de inadimplência. Isso afeta a rentabilidade e exige medidas para reduzir custos e aumentar eficiência.

Segundo o Relatório de Economia Bancária publicado pelo BACEN, em outubro de 2022, o setor bancário brasileiro teve um lucro de cerca de R\$ 132 bilhões em 2021. Quando analisamos dados



referentes à concentração bancária, nesse mesmo ano, vemos que os cinco maiores bancos possuíam 76,6% dos ativos totais do segmento bancário comercial, sendo também responsáveis por 77,4% dos depósitos e por 81,4% do total de operações de crédito, o que demonstra um mercado imensamente concentrado.

Vale ressaltar que a partir deste relatório foi utilizada a medida de concentração dos quatro principais bancos em vez dos cinco maiores bancos, como era feito nos relatórios anteriores. No entanto, os dados sobre os cinco maiores bancos também foram disponibilizados para possibilitar a comparação com edições anteriores do relatório.

3 CAPÍTULO 2: OS BANCOS DIGITAIS NO BRASIL

Nos últimos anos, o setor bancário no Brasil tem passado por uma grande transformação com o surgimento de bancos e instituições de pagamentos digitais. Essas instituições financeiras, em geral, operam exclusivamente por meio de plataformas digitais, com a proposta de oferecer serviços financeiros mais acessíveis e convenientes para os adeptos. Com um modelo de negócios enxuto e tecnologicamente avançado, os bancos digitais buscam oferecer taxas de juros mais competitivas e tarifas mais baixas do que os bancos tradicionais, a fim de conquistar mais clientes. (ESTADÃO, 2021)

Desde o seu surgimento, os digitais têm causado um impacto significativo no mercado bancário brasileiro, conquistando rapidamente uma fatia considerável de mercado. Com a promessa de uma experiência bancária mais simplificada e eficiente, com grandes investimentos em inovação para promover aplicativos e webbankings mais eficientes, essas instituições atraem cada vez mais clientes, especialmente entre os mais jovens e adeptos das novas tecnologias.

A crescente popularidade dos bancos digitais tem levado os bancos tradicionais a investirem mais em tecnologia e inovação, para acompanhar essa tendência e oferecer serviços mais competitivos aos seus usuários. O surgimento dos bancos digitais também tem impulsionado o desenvolvimento do ecossistema de fintechs, no Brasil, trazendo novos players para o mercado financeiro, e promovendo uma maior competição e inovação.

Os bancos digitais são, assim, uma das maiores tendências do setor bancário brasileiro, atualmente, com um modelo de negócios disruptivo e capaz de oferecer serviços financeiros mais acessíveis e convenientes aos consumidores. Seus impactos já são evidentes, forçando a transformação digital dos bancos tradicionais, e fomentando a inovação e competição no mercado financeiro brasileiro.

3.1 SURGIMENTO

O surgimento dos bancos digitais é um fenômeno relativamente recente que está transformando o setor financeiro. Mesmo que, na prática, o primeiro banco exclusivamente digital do mundo tenha



sido fundado nos Estados Unidos, em 1995, chamado Security First Network Bank (SFNB), os bancos digitais começaram a ganhar mais destaque em anos bem mais recentes, especialmente devido ao avanço das tecnologias de internet e mobile, que permitem que as instituições financeiras ofereçam serviços cada vez mais completos e convenientes aos clientes (THE BUSINESS JOURNAL, 1996).

A modernização do setor bancário, porém, é um processo contínuo, que vem sendo aprimorado há décadas. Nas décadas de 1970 e 1980, as atividades e processos bancários começaram a ser automatizados, principalmente com a inclusão dos computadores pessoais, tornando o trabalho bancário mais simples e automatizado. A partir da década de 1990, surgiram os primeiros modelos de autosserviço digital, permitindo que os clientes consultassem suas contas e realizassem alguns serviços sem a necessidade de ir a uma agência bancária. Isso possibilitou que as instituições financeiras aumentassem sua base de clientes de forma proporcionalmente maior do que a expansão de suas dependências físicas. (MELLO et al., 2006).

Após a crise financeira de 2008, muitas pessoas passaram a desconfiar do sistema financeiro tradicional e a buscar alternativas a ele. Foi nesse contexto que surgiram diversas empresas de tecnologia financeira, também conhecidas como *fintechs*, as quais oferecem serviços bancários e financeiros de forma mais acessível, eficiente e transparente, em um movimento denominado por alguns como a Revolução Fintech. As *Fintechs* cresceram rapidamente ao explorar um segmento de mercado de clientes descontentes com as instituições financeiras tradicionais. Esse modelo de negócio mostrou-se bem-sucedido, levando a um aumento exponencial no número destas no país. (FINTECHLAB, 2018).

No Brasil, a história dos bancos digitais tem sua primeira origem, em 2013, quando, no intuito de fomentar a inclusão financeira no país e aumentar a concorrência, foi promulgada pelo Governo Federal a Lei nº 12.865, que, entre outros objetivos, criou um conjunto de normas e protocolos que regulamentam a oferta de um determinado serviço de pagamento ao público (Arranjos de Pagamento), permitindo que setores não bancários também possam oferecer serviços de pagamento (PLANALTO, 2013).

A lei 12.865/2013, conhecida como “lei dos meios de pagamento eletrônicos”, também introduziu as instituições de pagamento, que são empresas não financeiras responsáveis pela execução dos serviços de pagamento dentro de um determinado arranjo, bem como pelo relacionamento com os usuários finais do serviço de pagamento (BACEN, 2019).

Esta lei criou as condições para que o Banco Central do Brasil pudesse regular as contas de pagamento, que são a base para o desenvolvimento dos bancos digitais. Essas contas são diferentes das contas bancárias tradicionais, pois não permitem a concessão de crédito e não são remuneradas por juros, sendo utilizadas principalmente para a realização de transações e pagamentos eletrônicos. Com



a regulamentação dessas contas de pagamento, o BACEN criou, então, um ambiente favorável para a atuação das instituições de pagamento e dos bancos digitais no Brasil.

Aqui vale ressaltar a diferença entre bancos e instituições de pagamento: os bancos são instituições financeiras que oferecem serviços bancários completos, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito e débito, investimentos, entre outros. Já as instituições de pagamento são empresas que oferecem serviços de pagamento, como transferências, pagamentos eletrônicos, cartões pré-pagos, entre outros, mas que não oferecem serviços bancários completos. Elas geralmente não têm uma rede física de agências e são voltadas para serviços de pagamento online ou móveis. As instituições de pagamento podem ser empresas fintech ou outros tipos de empresas não financeiras. Além disso, os bancos estão sujeitos a regulamentações financeiras mais rigorosas do que as instituições de pagamento.

O primeiro banco digital a ser lançado após a lei 12.865/2013 foi o Banco Original, em maio de 2016. Ele foi criado a partir da conversão de um banco convencional, o Banco Matone, em banco múltiplo, com carteira comercial, passando a ser um dos pioneiros nos serviços bancários exclusivamente por meio digital. Após esse, outros também começaram a surgir e oferecer esses serviços. Em contrapartida, os bancos tradicionais tiveram que aprimorar seus canais digitais, para se fortalecerem na competição.

Um caso que vale ser citado é o do atual Banco Inter. Este é peculiar, pois foi fundado em 1994, inicialmente como Intermedium Financeira; porém, após uma reestruturação e mudança de marca, transformou-se em um banco exclusivamente digital, aproveitando-se da oportunidade para redução de custos operacionais, com um novo leque de produtos no mercado.

3.2 PRIMEIROS IMPACTOS NO MERCADO

O surgimento dos bancos digitais no mercado bancário brasileiro tem fomentado uma transformação significativa. Com suas operações 100% online, essas instituições financeiras têm crescido exponencialmente, gerando diversos impactos no mercado bancário tradicional. O modelo de negócio dos bancos digitais tem atraído muitos clientes, principalmente aqueles que buscam praticidade e simplicidade em suas operações financeiras.

Uma das principais vantagens dos bancos digitais é a redução de custos, já que não possuem uma estrutura física, como agências e caixas eletrônicos, o que permite oferecer serviços financeiros com taxas mais competitivas e tarifas mais reduzidas. Além disso, a abordagem tecnológica inovadora proporciona mais agilidade e eficiência na realização das transações financeiras, oferecendo uma experiência mais satisfatória aos clientes.



Os bancos digitais também têm impactado o mercado bancário tradicional, ao estimular a competição. Com o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros e a redução de tarifas, os bancos tradicionais se viram obrigados a se adaptar para não perderem clientes. Isso tem impulsionado a inovação e modernização dos serviços oferecidos pelos bancos tradicionais, que têm buscado integrar mais tecnologia em suas operações. (ESTADÃO, 2021)

Outra mudança significativa é a inclusão financeira, possibilitada pelos bancos digitais, que têm aberto novas oportunidades de acesso ao sistema financeiro para pessoas que antes não tinham acesso a serviços bancários. Assim, a facilidade de abertura de contas digitais e a possibilidade de realizar operações financeiras de forma simples e rápida têm atraído pessoas que antes não eram atendidas pelos bancos tradicionais. Com a possibilidade de abertura de contas sem a necessidade de comparecer a uma agência física, pessoas que vivem em regiões mais distantes ou com menor oferta de serviços financeiros, agora têm a chance de se conectarem com o sistema financeiro.

Os bancos digitais também têm influenciado as práticas bancárias e regulatórias, já que oferecem serviços financeiros diferentes do modelo tradicional. As instituições financeiras tradicionais precisam se adequar às novas exigências do mercado para não ficarem para trás, o que pode impactar em mudanças regulatórias no setor bancário como um todo. Além disso, os bancos digitais têm incentivado a educação financeira e a transparência nas relações entre instituições financeiras e clientes. A facilidade de acesso a informações e o controle total das transações pelo cliente através dos aplicativos tornam mais fácil para as pessoas acompanharem suas finanças e tomarem decisões mais conscientes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022)

Esses impactos são reflexos diretos também da Resolução nº4480/2016 do Banco Central, a qual tornou possível que pessoas físicas abrissem e encerrassem contas em instituições financeiras por meios eletrônicos, aprimorando o processo de digitalização do mercado bancário.

Em seguida, em janeiro de 2018, a Resolução nº4630/2018 expandiu essa possibilidade para Microempreendedores Individuais (MEIs). Essas medidas regulatórias permitiram que tanto estas novas Instituições de Pagamento quanto os bancos tradicionais avançassem nos meios digitais, o que reduziu os custos de aquisição de novos clientes e incentivou o surgimento de novos bancos digitais. Assim, apesar de o Banco Central do Brasil não ter estabelecido uma regulamentação específica para os digitais, essas instituições se autodenominam com base em suas estratégias operacionais, que promovem o relacionamento exclusivamente remoto com os clientes (MARCHETTI, 2022).

Ainda em 2016, o Banco Central do Brasil desenvolveu a Agenda BC+, como uma agenda de trabalho para o Sistema Financeiro Nacional, composta por quatro pilares estruturais. Um desses pilares é a cidadania financeira, que busca expandir a inclusão financeira. Outro pilar é uma legislação mais moderna, que tem como objetivo fortalecer o ambiente institucional do Banco Central e garantir a estabilidade financeira (MARCHETTI, 2022).

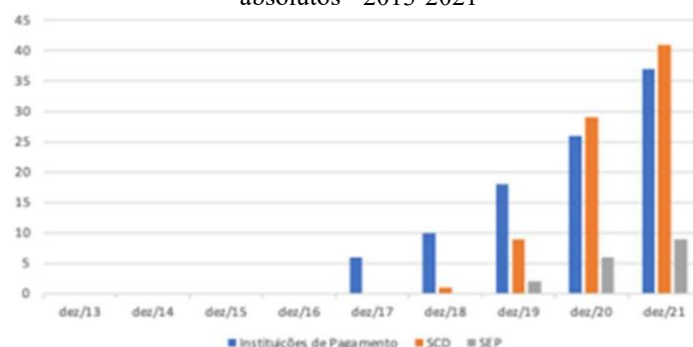


Em 2019, o Banco Central lançou a resolução nº4753/2019, com o objetivo de unificar e modernizar as disposições sobre abertura, manutenção e encerramento de contas, por meios eletrônicos, buscando atender às mudanças de comportamento dos consumidores. No mesmo ano, após a posse de Campos Neto na presidência do BACEN, foi lançada a Agenda BC#, que se divide em cinco diretrizes: inclusão, competitividade, transparência, educação e sustentabilidade. Esta última foi introduzida em 2020, com ênfase no desenvolvimento econômico sustentável e avaliação de vulnerabilidades e potenciais impactos socioambientais no sistema financeiro.

Com relação ao pilar de inclusão, um dos focos deste trabalho, destaca-se o avanço das Sociedades de Crédito Direto (SCD), Sociedade de Empréstimos entre Pessoas (SEP) e Instituições de Pagamento, impulsionando a abertura de novas instituições financeiras. Esse movimento se alinha com as mudanças e regulamentações que têm favorecido esse aumento de pessoas passíveis de serem incluídas no sistema financeiro.

As SCD's, SEP's e Instituições de Pagamento têm se destacado no mercado financeiro brasileiro, pela oferta de serviços diferenciados e mais acessíveis. Com o uso de tecnologia, essas instituições têm conseguido atrair clientes que buscam uma experiência bancária mais ágil e simplificada. Além disso, a abertura de novas instituições financeiras tem aumentado a competição no setor, favorecendo a queda dos juros e tarifas bancárias.

Gráfico 1 - Evolução do número de fintechs de crédito (SCD e SEP) e instituições de pagamento (IPs) em termos absolutos - 2013-2021



Fonte: MARCHETTI, 2022.

A Agenda BC# também tem como objetivo modernizar a legislação bancária, tornando-a mais adequada às novas necessidades do mercado e dos consumidores. A transparência no setor bancário também tem sido um dos objetivos da Agenda BC#, com medidas como a publicação de informações sobre produtos e serviços financeiros, tornando mais fácil para os clientes comparar as opções disponíveis. Além disso, o BACEN tem promovido ações para aprimorar a educação financeira da população, visando aumentar a conscientização sobre o uso responsável dos serviços bancários.

Por fim, a sustentabilidade tem sido um aspecto cada vez mais valorizado no mercado financeiro, com a Agenda BC# buscando considerar as vulnerabilidades socioambientais do sistema



financeiro e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável. O Banco Central tem atuado para incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas instituições financeiras e para aprimorar a supervisão dessas práticas.

3.3 O CASO NUBANK

O Nubank talvez seja o exemplo mais famoso de fintech que temos hoje no Brasil. Fundada em 2013 por David Vélez, um colombiano com experiência em finanças e tecnologia, a empresa nasceu com a missão de transformar o sistema bancário tradicional, oferecendo serviços financeiros simples, acessíveis e sem burocracia. Com base em São Paulo, o Nubank foi a primeira empresa do país a oferecer um cartão de crédito sem anuidade e com controle total via aplicativo.

Desde sua fundação, o Nubank tem crescido rapidamente e hoje é considerado uma das maiores fintechs do mundo. Além do cartão de crédito, a empresa passou a oferecer a partir de 2017 a NuConta, conta digital do Nubank, além de empréstimos pessoais, investimentos e outras soluções financeiras. O sucesso do Nubank deve-se em grande parte à sua abordagem inovadora, que utiliza tecnologia de ponta para criar uma experiência simples e eficiente para os usuários.

Uma das principais vantagens do Nubank é a facilidade de uso de seus serviços, que podem ser acessados pelo aplicativo, em qualquer momento e lugar. O processo de solicitação do cartão de crédito, por exemplo, é todo feito pelo app, sem necessidade de comparecer a uma agência ou preencher formulários. Isso tem atraído especialmente jovens e pessoas que buscam maior praticidade e conveniência.

Outra característica que tem ajudado o Nubank a se destacar no mercado é seu atendimento ao cliente. A empresa investe em treinamento e tecnologia, para oferecer um suporte rápido e eficiente, com atendentes disponíveis 24 horas por dia, via chat e telefone.

A trajetória de sucesso do Nubank, no entanto, enfrentou resistência do sistema bancário tradicional e precisou superar diversos desafios. Um dos principais obstáculos que a empresa enfrentou foi a falta de confiança do público em relação às fintechs. Afinal, no início da operação destas empresas, as pessoas ainda não estavam acostumadas a fazer transações financeiras online e muitas delas tinham receio de confiar seu dinheiro a empresas que não eram bancos tradicionais. O Nubank precisou, então, investir em marketing e em um excelente atendimento ao cliente, para convencer as pessoas de que suas soluções financeiras eram confiáveis e seguras.

Outro grande desafio que a empresa enfrentou foi a burocracia para obter uma licença bancária. O processo de autorização junto ao Banco Central do Brasil era longo e complexo, o que impediu o Nubank de oferecer serviços bancários completos por um tempo. A empresa contornou esse obstáculo ao criar parcerias com outros bancos, para poder oferecer seus produtos financeiros, até que finalmente conseguiu sua própria licença bancária, em 2018.



Apesar desses obstáculos, a visão empreendedora de David Vélez e sua equipe foi fundamental para o sucesso do Nubank. Eles criaram uma cultura corporativa forte, baseada em valores como simplicidade, transparência e inovação, o que ajudou a atrair talentos e a construir uma equipe engajada e motivada. Além disso, a empresa investiu em uma estratégia bem-sucedida de marketing, focada em criar uma marca forte e impactante. O Nubank apostou em um visual moderno e colorido, que se destacou no mercado financeiro tradicional e atraiu a atenção de um público jovem e antenado com as tendências digitais.

Em julho de 2022, o Nubank divulgou que alcançou 62,3 milhões de clientes, no Brasil, seu principal mercado. Isso representou um aumento de 51%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com isso, a fintech se tornou a quinta maior instituição financeira do país, em número de clientes, ultrapassando o Santander Brasil, que anunciou ter 56,1 milhões de clientes. Quando somado o cenário internacional, o banco fechou junho com cerca de 65,3 milhões de usuários, incluindo Brasil, Colômbia e México, um aumento de 57% em um ano (FORBES, 2022)

As perspectivas futuras do Nubank são bastante positivas. A empresa continua crescendo rapidamente e expandindo para novos mercados, como México, Argentina e Colômbia. Além disso, o Nubank tem investido em novos produtos e serviços, como empréstimos, investimentos e seguros, o que deve ajudar a aumentar sua base de clientes e receitas.

Outra perspectiva importante para o Nubank é a possibilidade de se tornar um banco completo. A empresa tem trabalhado para obter uma licença bancária completa, o que permitiria oferecer uma ampla gama de serviços financeiros e competir diretamente com os bancos tradicionais. Isso poderia significar um aumento significativo na receita e no valor de mercado do Nubank.

3.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As perspectivas para o futuro dos bancos digitais são positivas. O setor deve continuar crescendo, com a entrada de novos players e a consolidação dos que já estão no mercado. O Banco Central tem dado suporte a esse crescimento, com medidas regulatórias que facilitam a abertura de contas e a operação dessas instituições. Além disso, a tendência é que os bancos digitais continuem inovando e oferecendo novos serviços, como investimentos, empréstimos e seguros, para atender às demandas dos clientes. O desenvolvimento da inteligência artificial e das fintechs também deve impulsionar o setor, tornando as operações mais eficientes e personalizadas.

Os principais desafios seguem sendo buscar fatias maiores de mercado frente a bancos tradicionais, em um cenário em que mais de 70% de todas as operações de crédito são feitas por apenas cinco bancos, é missão das fintechs inovar e tentar superar esta concentração com estratégias de marketing mais arrojadas e novos diferenciais. Com a criação do pix, meio de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central, um dos principais diferenciais oferecido por grande parte dos bancos



digitais que era transferências gratuitas para pessoas físicas, tornou-se obsoleto, fazendo com que novos atrativos necessitassem ser lançados, para obtenção de clientes, como expansão da oferta de crédito e investimentos com taxas mais atrativas.

Além disso, a conquista de novos clientes é fundamental para o crescimento dos bancos digitais, mas tão importante quanto, é manter esses clientes satisfeitos e fidelizados, somado a isso, a fidelização de clientes é um desafio para os bancos digitais, pois a competição no mercado é acirrada e os usuários têm acesso a diversas opções de instituições financeiras online. Outro aspecto importante para a fidelização de clientes é a transparência nas operações financeiras e a segurança dos dados. Os bancos digitais precisam demonstrar confiança e credibilidade aos clientes, oferecendo informações claras e precisas sobre as operações financeiras realizadas e investindo em sistemas de segurança avançados para proteger os dados dos usuários.

4 CAPÍTULO 3: OS IMPACTOS DAS FINTECHS NA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Como visto anteriormente, o setor financeiro brasileiro tem presenciado uma transformação impulsionada pelo surgimento e crescimento das fintechs e bancos digitais. Essas instituições vêm desafiando a tradicional concentração bancária. O presente capítulo busca analisar os impactos que as fintechs e bancos digitais têm causado sobre a concentração bancária, no Brasil.

As fintechs têm fomentado a competição no mercado financeiro. Ao oferecerem alternativas aos serviços bancários tradicionais, essas instituições estão forçando os grandes bancos a repensarem suas estratégias e a adotarem medidas para manterem suas parcelas de mercado razoavelmente estáveis. A competição resultante desse processo tem potencial para gerar benefícios aos consumidores, como a redução de taxas e tarifas bancárias.

Além disso, essas instituições têm impulsionado a inovação no setor financeiro. Os bancos digitais estão explorando novas tecnologias, como inteligência artificial, aprendizado de máquina e blockchain, a fim de oferecer serviços financeiros mais eficientes e personalizados. Essa busca constante por inovação tem forçado os bancos tradicionais a se adaptarem às demandas do mercado e a investirem em tecnologia para acompanhar a evolução do setor (FEBRABANTECH, 2019).

Quando analisados os índices fornecidos pelo Banco Central do Brasil, pode-se inferir quais impactos essas instituições têm provocado e ainda podem provocar no futuro do setor bancário. Muito além da conquista de clientes com serviços já antes oferecidos, a oferta de novos tipos de serviços e novas estratégias de marketing, podem revolucionar ainda mais o modo que os brasileiros tratam seu dinheiro quando o assunto é seu banco.



4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise dos impactos que os bancos digitais vêm tendo na concentração bancária brasileira será feita baseada nos dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, nos Relatórios de Economia Bancária, publicados anualmente, e no Ranking de Reclamações, também publicado pelo BCB, de forma trimestral. O período base para esta análise será entre 2015, ano anterior ao lançamento do primeiro banco digital no Brasil, e 2021, ano analisado no último relatório publicado pelo BACEN, em 2022.

Serão analisados índices referentes à concentração e à competição. Para avaliar de forma sistemática os níveis de concentração nos diferentes segmentos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BCB) adota, desde o Relatório de Economia Bancária de 2017, duas métricas específicas: o Índice Herfindahl-Hirschman Normalizado (IHHn) e a Razão de Concentração dos Cinco Maiores (RC5). Essas ferramentas são aplicadas nos agregados contábeis referentes aos ativos totais, às operações de crédito e aos depósitos totais no país.

O Índice Herfindahl-Hirschman Normalizado (IHHn) é uma medida que avalia a concentração de mercado a partir da soma dos quadrados das participações de mercado de cada instituição financeira. Quanto maior o valor do índice, maior é a concentração. Essa métrica considera a importância relativa de cada instituição no mercado e permite verificar se há algum tipo de oligopólio ou monopólio dominante.

Já a Razão de Concentração dos Cinco Maiores (RC5) analisa a participação de mercado dos cinco maiores bancos em relação ao total do segmento em questão. Essa métrica indica o grau de concentração provocado pelos principais players do setor e possibilita acompanhar a evolução dessa concentração, ao longo do tempo (BACEN, 2018).

Conforme instruções do Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo Instituições Financeiras, de 2012, o Banco Central entende que os mercados que correspondam a determinados valores de IHHns fiquem situados em:

Tabela 1 - Grau de concentração de mercado, segundo o Índice Herfindahl-Hirschman Normalizado (IHHN)

Intervalo do IHHn	Classificação
entre 0 e 0,10	baixa concentração
entre 0,10 e 0,18	moderada concentração
entre 0,18 e 1	elevada concentração

Fonte: Elaboração própria, a partir de Bacen (2012).

Outro indicador que será utilizado como base para a análise e igualmente fornecido pelo BCB se trata do “equivalente número do IHHn” (E.N), o qual aponta qual o número de instituições



financeiras que, se possuísem idêntica participação de mercado, gerariam o mesmo IHHn observado ($IHHn = 1/E.N.$) (BACEN, 2018).

Além disso, é importante entender a classificação de instituições propostas pelo BACEN em cinco segmentos: b1, b2, b3, b4 e n1. Como explicado no Relatório de Economia Bancária de 2017:

“O segmento (b1) engloba os bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial ou caixas econômicas; (b2) os bancos múltiplos sem carteiras comercial e bancos de investimentos; (b3) as cooperativas de crédito; (b4) os bancos de desenvolvimento; e (n1) as instituições não bancárias de crédito” (BACEN, 2018, p. 86).

A análise dos dados obtidos por meio dessas métricas permite ao Banco Central identificar tendências e tomar medidas regulatórias, quando necessário, visando promover a estabilidade e a eficiência do sistema financeiro. Além disso, esse monitoramento contínuo é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a inovação e a inclusão financeira, ao mesmo tempo em que garantem a segurança e a proteção dos consumidores.

A partir do último relatório publicado em 2022, o BACEN aplicou três alterações nessas análises. A primeira é a adoção do conceito de Razão de Concentração dos Quatro Maiores (RC4), em substituição à RC5, como era tradicionalmente empregado. Essa métrica avalia, então, a participação de mercado dos quatro maiores bancos, em vez dos cinco, como anteriormente.

A segunda trata da inclusão de segmentos adicionais, no cálculo da participação de mercado. Isso envolve a consideração das instituições não bancárias atuantes no mercado de capitais (n2) e das instituições de pagamento (n4). Essa ampliação no escopo de análise possibilita uma compreensão mais abrangente da concentração nos diversos segmentos do sistema financeiro (BACEN, 2022).

Uma terceira inovação foi a segmentação das participações de mercado por tipo de controle de capital (público ou privado) e por origem dos recursos (livre ou direcionado). Essa abordagem permite identificar diferenças significativas na concentração bancária, com base na natureza do controle acionário e na fonte dos recursos utilizados pelas instituições financeiras (BACEN, 2022).

4.2 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES

O ano de 2015 precede o ano de lançamento do primeiro banco digital do Brasil, o Banco Original. Mesmo que antes desse ano já houvesse protótipos e ideais de arranjos de pagamento, como o próprio Nubank, que desde 2013 já oferecia serviço de cartão de crédito, toma-se aqui como base para início da análise o ano anterior à criação da primeira conta corrente por meio de um banco digital.



Tabela 2 - Decomposição da concentração da atividade econômica bancária e não bancária, segundo indicadores de concentração - 2015-2020

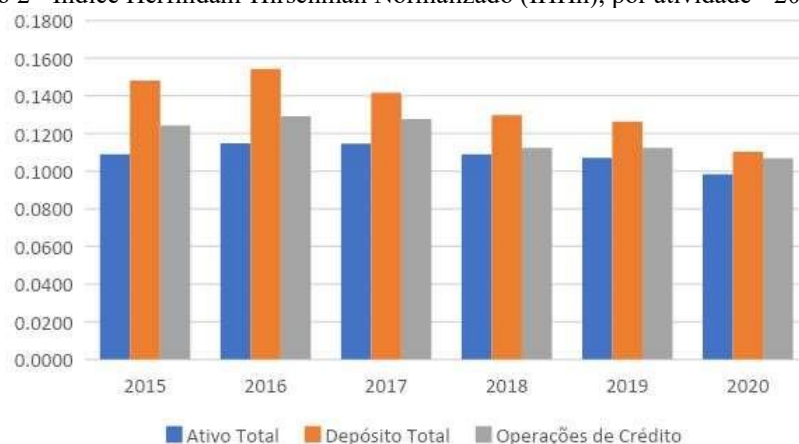
Indicadores	Segmento bancário e não bancário					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo Total						
IHHn	0,109	0,1149	0,1146	0,109	0,1071	0,0983
RC5	69,40%	71,20%	71,00%	69,30%	69,80%	67,00%
Equivalente nº IHHn	9,2	8,7	8,8	9,2	9,3	10,2
Depósito Total						
IHHn	0,1481	0,1544	0,1417	0,1297	0,1263	0,1103
RC5	78,20%	81,30%	80,20%	78,40%	77,60%	72,70%
Equivalente nºIHHn	6,8	6,5	7,1	7,7	7,9	9,1
Operações de Crédito						
IHHn	0,1242	0,1291	0,1276	0,1205	0,1124	0,1069
RC5	73,20%	74,30%	73,20%	70,90%	69,80%	68,50%
Equivalente nº IHHn	8,1	7,7	7,8	8,3	8,9	9,4

Fonte: Elaboração própria, baseado em BACEN (2021).

Pode-se analisar que, entre o período de 2015 a 2017, não foram obtidas alterações significativas nos índices de concentração bancária. Vale inclusive ressaltar que dois grandes atos de concentração ocorreram nesse período, a aquisição do HSBC pelo Banco Bradesco, além da aquisição da carteira de varejo do Citibank pelo Itaú Unibanco, ambos em 2016 (BACEN, 2018).

Em 2016, assim, ocorre um aumento de todos os índices de concentração, em relação a 2015, nos três cenários analisados. Porém, é possível notar uma tendência de queda, mesmo que tímida, entre 2016 a 2020 nos índices IHHn e RC5, tanto em ativos totais, quanto em depósitos totais e operações de crédito.

Gráfico 2 - Índice Herfindahl-Hirschman Normalizado (IHHn), por atividade - 2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir de Bacen (2021).

Essa queda se dá no mesmo período em que se vê um aumento no número de fintechs (p. 27). É interessante notar que, mesmo durante esse período, ocorreram atos de concentração relevantes, envolvendo instituições financeiras, sendo o mais impactante a aquisição de 49,9% da XP



Investimentos, pelo Itaú Unibanco, em 2018. Contudo só entre 2018 a 2020 foram mais de onze atos de concentração (BACEN, 2021).

Outro levantamento interessante feito pelo Banco Central, em seu relatório de 2020, é a respeito da queda de participação dos três principais bancos públicos federais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Houve uma redução, entre 2018 a 2020, de suas participações no segmento bancário e não bancário, de 41,3% para 37,5% em ativos totais, de 37,7% para 31,4% nos depósitos totais (BNDES não entra nesta conta por não captar depósitos) e de 48,9% para 42,8% nas operações de crédito. Porém, no mesmo setor e período, o índice RC5 em relação aos ativos totais reduziu-se de 69,3% para 67,0%, quanto aos depósitos totais foi de 78,4% para 72,7%, enquanto nas operações de crédito diminuiu de 70,9% para 68,5% (BACEN, 2021).

Estes fatos indicam que a diminuição da participação dos principais bancos públicos ocorreu, em parte, ao mesmo tempo em que houve um aumento na participação de instituições que não estão entre as cinco maiores. Isso contribuiu para o aumento das condições de concorrência, quando consideramos apenas os índices de concentração (BACEN, 2021).

Tabela 3 - Decomposição da concentração do segmento bancário, segundo indicadores de concentração - 2015-2020

Indicadores	Segmento bancário					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo Total						
IHHn	0,1311	0,1397	0,1397	0,1334	0,1308	0,1207
RC5	78,10%	81,20%	81,30%	79,50%	79,20%	76,00%
Equivalente nº IHHn	7,6	7,2	7,2	7,5	7,6	8,3
Depósito Total						
IHHn	0,1623	0,171	0,1571	0,1447	0,1419	0,1261
RC5	81,90%	85,60%	84,40%	82,80%	82,30%	77,70%
Equivalente nº IHHn	6,2	5,8	6,4	6,9	7	7,9
Operações de Crédito						
IHHn	0,1551	0,1629	0,1618	0,153	0,1427	0,1367
RC5	80,90%	83,30%	83,40%	82,20%	80,70%	79,20%
Equivalente nº IHHn	6,4	6,1	6,2	6,5	7	7,3

Fonte: Elaboração própria, a partir de Bacen (2021).



Tabela 4 - Decomposição da concentração do segmento bancário comercial, segundo indicadores de concentração - 2015-2020

Indicadores	Segmento Bancário Comercial					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo Total						
IHHn	0,1371	0,1541	0,1457	0,139	0,1367	0,1259
RC5	79,90%	82,70%	82,80%	81,20%	81,00%	77,60%
Equivalente nº IHHn	7,3	6,5	6,9	7,2	7,3	7,9
Depósito Total						
IHHn	0,166	0,174	0,1598	0,1479	0,1456	0,1306
RC5	82,90%	86,40%	85,20%	83,80%	83,40%	79,10%
Equivalente nº IHHn	6	5,7	6,3	6,8	6,9	7,7
Operações de Crédito						
IHHn	0,1653	0,1723	0,1712	0,163	0,1532	0,1456
RC5	83,50%	85,70%	85,90%	84,80%	83,70%	81,80%
Equivalente nº IHHn	6,1	5,8	5,8	6,1	6,5	6,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de Bacen (2021).

Ao analisar os números apenas do segmento bancário (b1+b2) e segmento bancário comercial (b1), é perceptível a mesma tendência demonstrada anteriormente, uma elevação nos índices IHHn e RC5 de 2015 para 2016, seguida de uma queda contínua nos índices, o que corrobora a hipótese da queda nos índices dos cinco principais bancos, em função de um aumento de participação dos demais.

Esse aumento da participação de instituições além dos cinco grandes bancos pode ser explicado por dois principais segmentos: cooperativas de crédito e bancos digitais. A participação das cooperativas no mercado de crédito cresceu fortemente neste período, principalmente crédito rural e crédito para pessoa jurídica. Enquanto isso, as fintechs cresceram substancialmente nos mercados de pagamentos, gestão financeira, empréstimos para pessoas físicas, seguros, negociação de dívidas e cripto ativos (BACEN, 2018).

As fintechs popularizaram-se muito por conta da facilidade em abrir uma conta e pela praticidade de uso, sem necessidade de comparecer a agências físicas. Assim é possível notar como houve um aumento substancial do número de bancos digitais quando analisado o número de clientes. No final de 2020, o BACEN publicou, em seu Ranking de Reclamações, informações referentes à quantidade de clientes por instituição, baseada no CCS (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro) e no SCR (Sistema de Informações de Crédito do Banco Central). Nele é possível notar como os bancos digitais e as fintechs conquistaram mercado nesse período.



Tabela 5 - Classificação das instituições bancárias em ordem decrescente de clientela

15 Bancos com mais clientes			
	2015	2020	2023
1º	Bradesco	Bradesco	Caixa Econômica Federal
2º	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal	Bradesco
3º	Itau Unibanco	Itau Unibanco	Itau Unibanco
4º	Banco Do Brasil	Banco Do Brasil	Banco Do Brasil
5º	Santander Brasil	Santander	Nubank*
6º	HSBC	Midway S.A.	Santander
7º	Banco Do Nordeste Do Brasil S A	Votorantim	Original*
8º	Votorantim	Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	Mercado Crédito*
9º	Banrisul	Banco CSF S.A.	Ame Digital*
10º	Mercantil Do Brasil	Realize Crédito	Pagbank-Pagseguro*
11º	Sicredi	Banrisul	C6 Bank*
12º	Panamericano	Banco BMG	Inter*
13º	Banco BMG	Banco Pan*	Btg Pactual/Banco Pan**
14º	Banco CSF S.A.	Inter*	Neon*
15º	Pernambucanas	Sicredi	Votorantim

* Banco digital ou fintech

** Banco Pan originalmente se caracteriza por banco digital, porém foi adquirido pelo BTG Pactual, assim os números reproduzidos representam o conglomerado

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados retirados do CCS e do SCR.

É possível notar que das 15 maiores instituições financeiras em números de clientes, no primeiro trimestre de 2020, apareciam apenas dois bancos digitais. Em comparação, três anos depois, dos 15 com mais clientes, oito se caracterizavam como exclusivos digitais. Isso demonstra um crescimento exponencial da participação de mercado das fintechs.

Tabela 6 - Classificação dos bancos digitais em ordem decrescente de clientela - 1º trimestre de 2023

10 bancos digitais e *fintechs* com maior número de clientes

1º	Nubank	73.168.970
2º	Original	48.804.853
3º	Mercado Crédito	45.574.673
4º	Ame Digital	32.410.096
5º	Pagbank-Pagseguro	28.673.310
6º	C6 Bank	25.197.319
7º	Inter	24.813.684
8º	Neon	18.595.324
9º	Hub Instituição de pagamento S.A.	11.795.581
10º	Recargapay	7.673.622

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados retirados do CCS e do SCR.

Ao analisar-se números de clientes, vê-se que muitas destas novas instituições já apresentam números bastante relevantes, demonstrando influência e poder de mercado, com tendências de aumento na base de clientes, tendo como novo desafio transformar números em receita.

4.3 MUDANÇAS NOS PARÂMETROS E IMPACTOS

A partir do Relatório de Economia Bancária de 2021, o Banco Central do Brasil adotou algumas novidades em suas análises, como alteração de RC5 para RC4 (Razão de Concentração dos Quatro



Maiores), inclusão de segmentos adicionais e segmentação das participações no mercado, por tipo de controle de capital e origem dos recursos.

Adicionalmente, a análise da concentração das operações de crédito passou a ser realizada em cada mercado relevante, considerando conjuntos de produtos substitutos próximos. Foram identificados os seguintes mercados relevantes: financiamentos rurais e agro (PF+PJ), financiamentos habitacionais (PF+PJ), financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento (PJ), operações de aquisição de recebíveis comerciais (PJ), capital de giro (PJ), crédito pessoal com consignação em folha (PF) e cartão de crédito (PF+PJ). Em conjunto, os mercados relevantes analisados representam 71,8% do total das operações de crédito existentes no SFN, em 31 de dezembro de 2021 (BACEN, 2022).

Tabela 7 - Setor bancário brasileiro, por segmento, atividade e concentração - 2019-2021

	Ativos Totais			Depósitos Totais			Operações de crédito		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Participação por segmento (%)									
b1+b2	88,1	88,1	87,0	94,3	93,5	92,2	86,5	86,4	86,2
b3	3,3	3,8	5,3	4,7	5,3	6,0	4,3	5,1	6,1
b4	7,7	7,0	6,3	0,3	0,2	0,2	8,1	7,4	6,3
n1+n2	0,9	1,1	1,4	0,7	1,0	1,6	1,1	1,1	1,4
n4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Participação por tipo de controle (%)									
Público	42,4	40,6	38,0	39,8	34,9	32,6	47,6	45,6	43,5
Privado	47,6	59,4	62,0	60,2	65,1	67,4	52,4	54,4	56,5
Indicadores de concentração									
IHHn	0,1070	0,0981	0,0928	0,1263	0,1103	0,1032	0,1124	0,1069	0,1034
E.N.	9,3	10,2	10,8	7,9	9,1	9,7	8,9	9,4	9,7
RC4 (%)	60,0	57,3	56,0	67,2	62,7	60,1	60,6	59,4	59,3

Fonte: Relatório de Economia Bancária de 2021, BACEN.

Esta tabela mostra uma tendência de queda nos índices de concentração e aumento no Equivalente nº IHHn, mesmo com a alteração para RC4. Além disso, nota-se a queda da participação dos bancos públicos, nos três cenários analisados. Quando analisado o segmento b1+b2 que engloba a maior parte dos bancos tradicionais, nota-se uma tendência de queda ano após ano, assim como o crescimento nos parâmetros de n1+n2, onde estão englobados grande parte das fintechs. Vale ressaltar também o avanço das cooperativas de crédito (b3), nas três frentes.

A participação dos quatro maiores bancos ainda representa uma fatia muito grande do mercado, principalmente nos depósitos totais, porém há uma tendência de queda, devido aos bancos digitais, fintechs e cooperativas de crédito.



Tabela 8 - Atuação do RC4 por mercado - 2019-2021

Mercados relevantes	RC4 (%)		
	2019	2020	2021
Financiamentos rurais e agro (PF+PJ)	68,6	66,7	64,2
Financiamentos habitacionais (PF+PJ)	92,7	92,2	92,3
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento (PF+PJ)	94,7	94,3	93,9
Operações com recebíveis (PJ)	73,1	69,3	65,9
Capital de giro (PJ)	55,3	55,8	56,9
Crédito pessoal com consignação em folha (PF)	65,9	66,5	65,2
Cartão de Crédito	71,2	68,4	66,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados Relatório de Economia Bancária de 2021 (BACEN, 2022).

Se analisarmos o índice RC4 destrinchando cada mercado relevante, vemos que em todos, com exceção do capital de giro para pessoa jurídica, há uma tendência de queda, ainda que pequena, na participação dos quatro maiores, o que corrobora a ideia de os maiores bancos tradicionais estarem sendo afetados pelo crescimento das demais instituições financeiras, entre elas, os bancos digitais.

Assim, é possível afirmar que os bancos digitais e fintechs têm impactado a concentração bancária, no Brasil, uma vez que há uma tendência de crescimento no número de clientes, produtos e serviços oferecidos por eles, e no número de fintechs no mercado.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o setor bancário no Brasil apresentou, a partir da década de 1970 uma tendência que se concretizou em um mercado concentrado em cinco grandes bancos, que dominam atualmente o cenário de ativos totais, depósitos totais e operações de crédito. Essa concentração passou por uma série de decisões e programas governamentais passadas, que propiciaram que fusões e aquisições ocorressem com maior frequência.

Na década de 1990, eventos importantes como a adesão ao acordo de Basileia e o Plano Real modificaram ainda mais a estrutura do setor bancário, com o governo incentivando ainda mais o processo de fusões e aquisições, além de processos de privatizações de bancos públicos e aumento da entrada de capital internacional no setor bancário nacional.

Com isso, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander Brasil iniciaram o século XXI dominando o mercado bancário brasileiro, batendo índices de concentração acima dos 80% do mercado de crédito e mais de 75% nos depósitos totais. Porém, a partir de 2013, o cenário começou a se alterar.

Com a Lei dos meios de pagamentos eletrônicos (Lei 12.865/2013) e posteriormente a Resolução nº4630/2019, aliadas às agendas BC+ e BC#, abriu-se a possibilidade de que bancos ofertassem seus produtos e serviços sem a necessidade de agências físicas, dando espaço para a criação de fintechs e bancos exclusivamente digitais. Isso passou a atender uma fatia do mercado antes não alcançada, promovendo um processo de bancarização da população brasileira, além de fazer com que bancos tradicionais passassem a investir mais em tecnologia a fim de acompanhar essa tendência.



Os bancos digitais cresceram no mercado e já conquistaram uma grande parte do mercado, por exemplo o Nubank possui, atualmente, mais de 70 milhões de clientes. O mercado bancário, ainda assim, mostra-se muito concentrado. Porém, os índices de concentração bancária, como o IHHn, RC5 e RC4, vêm apresentando uma tendência de redução, desde 2016, mesmo com processos de fusões e aquisições ainda ocorrendo neste período. Ademais o número de clientes que utilizam bancos digitais vem crescendo exponencialmente, fazendo com que dos 15 bancos com mais clientes, no primeiro trimestre de 2023, oito atendessem exclusivamente por meio digital.

Podemos concluir, então, que os bancos digitais têm impacto direto na redução dos índices de concentração bancária, com a continuação das agendas do BACEN e seguindo a tendência dos últimos sete anos, o mercado bancário brasileiro deve continuar se beneficiando de um aumento de competitividade, fazendo com que os bancos tradicionais mudem suas estratégias de captação de recursos e clientes, se quiserem tentar frear esse crescimento das fintechs. Todavia, é fato que os bancos digitais vieram para ficar, cabendo a eles buscar superar os desafios de um cenário ainda muito concentrado, para que assim conquistem fatias cada vez maiores do mercado.



REFERÊNCIAS

ALLEN, F.; GALE, D. (2004). Competition and financial stability. *Journal of Money, Credit and Banking*, 36(3), 453-480.

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. Mercado financeiro: aspectos conceituais e históricos. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARIENTI, Patrícia F. F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 577-600, out. 2007.

BACEN. Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. 2012. Brasília.

BACEN. Ranking de Reclamações, Março, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/meubc/rankingreclamacoes>>. Acesso em 30/05/2023.

BACEN. Relação de Instituições em Funcionamento no País, Março, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento>. Acesso em 07/05/2023.

BACEN. Relatório de estabilidade financeira. Banco Central do Brasil, v. 12, n. 1, Março, 2013. Brasília.

BACEN. Relatório de estabilidade financeira. Banco Central do Brasil, Março, 2022. Brasília.

BACEN. Relatório De Economia Bancária e Crédito. [S. l.: s. n.], 2014. Brasília. BACEN. Relatório De Economia Bancária e Crédito. 2018. Brasília.

BACEN. Relatório De Economia Bancária e Crédito. 2020. Brasília. BACEN. Relatório De Economia Bancária e Crédito. 2021. Brasília. BACEN. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2022. Brasília.

BANCO BRADESCO. Bradesco.ri, 2023. Disponível em: <<https://www.bradesco.com.br/o-bradesco/historia/nossa-historia/>>. Acesso em 19/03/2023.

BANCO DO BRASIL. Relatório Anual de 2010, 2010. Disponível em: <<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#:~:text=Fundado%20em%2012%20de%20outubro,hist%C3%B3ria%20e%20da%20cultura%20nacionais.>>. Acesso em 19/03/2023.

BANCO INTER. Nossa História, 2023. Disponível em: <<https://ri.bancointer.com.br/o-inter/nossa-historia/>>. Acesso em 07/05/2023.

BANCO ORIGINAL. Institucional: Conheça a história do Original, 2023. Disponível em: <<https://www.original.com.br/institucional/>>. Acesso em 07/05/2023.

BANCO SANTANDER BRASIL. Institucional Santander, 2023. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander/santander-no-brasil>>. Acesso em 19/03/2023.

BECK, T.; KUNT, A. D.; LEVINE, R. Bank concentration, competition, and crises: first results. *Journal of Banking & Finance*, v. 30, p. 1581–1603, 2006.

BOONE, J. A new way to measure competition. *Economic Journal*, 188, 1245-1261. 2008.



BORGES, F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo.

BOYD, J.H.; DE NICOLÓ, G. The theory of bank risk taking and competition revisited. *The Journal of Finance*, 60(3), 1329-1343. 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Relação com Investidores, 2023. Disponível em: <<https://ri.caixa.gov.br/a-companhia/historia/>>. Acesso em 19/03/2023.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR, Antônio José. Desnacionalização do setor bancário e financiamento de empresas: a experiência brasileira recente. Brasília. 2002.

CORVOISIER, S.; GROPP, R. Bank concentration and retail interest rates. *Journal of Banking & Finance*, v. 26, p. 2155–2189, 2002.

DE PAULA, Luiz Fernando. OREIRO, José Luis. BASILIO, Flavio A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: O papel dos bancos públicos federais. Nova Economia. Belo Horizonte, 2013.

ESPERANÇA, Daniel Moreira Alves. Plano Real, abertura financeira e concentração bancária no Brasil. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2017.

ESTADÃO. PEREIRA, Renée. Bancos digitais aumentam presença no Brasil durante pandemia, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/01/10/brasileiros-se-voltam-para-bancos-digitais.htm>>. Acesso em 02/06/2023.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/>. Acesso em 20/03/2023.

FEBRABANTECH. Bancos buscam parcerias e transformação com inteligência artificial, 2019. Disponível em: <https://febrabantech.febraban.org.br/temas/inteligencia-artificial/bancos-buscam-parcerias-e-transformacao-com-inteligencia-artificial>. Acesso em: 27/05/2023

FINTECHLAB. Novo Radar FintechLab mapeia mais de 400 iniciativas, 2018. Disponível em: <<http://fintechlab.com.br/index.php/2018/08/13/novo-radar-fintechlab-mapeia-mais-de-400-iniciativas/>>. Acesso em: 06/05/2023

FOLHA DE SÃO PAULO. Bancos perdem R\$ 2,7 bi em tarifas e buscam diversificar Pix, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/bancos-perdem-r-27-bi-em-tarifas-e-buscam-diversificar-pix.shtml>>. Acesso em 02/06/2023.

FORBES. Nubank supera Santander no Brasil em número de clientes, 2022. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2022/08/nubank-supera-santander-no-brasil-em-numero-de-clientes/>>. Acesso em 07/05/2023.

FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

ITAU UNIBANCO. Nossa história - Itau Unibanco, 2023. Disponível em: <<https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/italu-unibanco/nossa-historia/>>. Acesso em 19/03/2023.



KEELEY, M.C. (1990). Deposit insurance, risk and market power in banking. *American Economic Review*, 80, 1183-1200.

KRETZER, Jucélio. Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LIMA, Rafael; FERRO, Manuel Palma; KOCINAS, Bruno. BANCOS MÚLTIPLOS NO BRASIL. Organização Industrial – EAE0508, [s. l.], 2018.

MARCHETTI, Fernando Hercules. AVANÇO DAS FINTECHS, INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO E BANCOS DIGITAIS: IMPACTOS PARA A REVISÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, 2022.

MARQUES, Frank Borges; FREITAS, Vérica; DE PAULA, Veronica Angelica. CADÊ O BANCO QUE ESTAVA AQUI? O IMPACTO DOS BANCOS DIGITAIS NO MERCADO BRASILEIRO. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2022.

MELLO, R., STAL, E. & QUEIROZ, A. (2006). O Banco na Internet: Inovações em Tecnologia da Informação Moldam Novos Serviços Bancários. 30º Encontro ANPAD. Salvador, p.5-10

NUBANK. O Nubank é um banco?, 2023. Disponível em:< <https://blog.nubank.com.br/o-nubank-e-um-banco/>>. Acesso em 07/05/2023.

NUBANK. O que é o Nubank?, 2023. Disponível em: < <https://blog.nubank.com.br/nubank-o-que-e/>>. Acesso em 07/05/2023.

PANZAR, J.C.; Rosse, J.N. (1987). Testing for monopoly equilibrium. *Journal of Industrial Economics*, 35, 443-456.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.67.

PLANALTO (2013). Lei nº 12.865. Brasília: Presidência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112865.htm>. Acesso em: 06/05/2023.

RAMOS, E. Instituições econômicas e transição fiscal em fins do período colonial (1808-1823). Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. (6: 2016: Salvador)

ROCHA, F. (2001). Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994-2000. Banco Central do Brasil. Brasília. Notas Técnicas, n. 11.39.

SILVA, M. S. DA; DIVINO, J. A. Estabilidade financeira e estrutura de mercado: evidências internacionais. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 10, n. 1, mar., p. 7–29, 2012.

THE BUSINESS JOURNAL. Profits swirl around Security First Network Bank, 1996. Disponível em:<<https://www.bizjournals.com/atlanta/stories/1996/06/17/newscolumn6.html>>. Acesso em 07/05/2023.

